

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.452 - SP (2019/0073433-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : **OURO PRETO INCORPORADORA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)**
ADVOGADOS : **EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311**
YUN KILEE - SP131693
FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JUIZ DE FORA - MG**
INTERES. : **FELIPE FRANCES GUIMARAES**
ADVOGADOS : **JONAS MUNIZ DE ALMEIDA E OUTRO(S) - MG152573**
LAXMY LAET ANGUS RENE BROWN - MG154681

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA PRÁTICA DE QUAISQUER ATOS DE CONSTRIÇÃO DIRIGIDOS AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES. CONFLITO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado por OURO PRETO INCORPORADORA LTDA e OUTROS, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JUIZ DE FORA - MG, no qual tramita a execução n.º 00145.13.070.749-3 movida por FELIPE FRANCES GUIMARAES.

As suscitantes postularam, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o seu patrimônio, a suspensão da execução em trâmite no Juizado Especial Cível e Criminal de Juiz

de Fora - MG, bem assim a declaração da competência do Juízo Estadual suscitado.

Indeferido o pedido liminar, foram expedidos ofícios aos suscitados e prestadas informações pelo Juízo em que se processa o cumprimento de sentença.

A Administradora Judicial informa, às fls. 511/1670 (e-STJ), que "*o crédito do Sr. Felipe está listado na relação de credores da Recuperação Judicial do Grupo PDG, como Crédito Quirografário - Classe III -, no valor de R\$ 43.490,52 (doc. 4), cabendo ao credor, em caso de discordância com o valor ou classe relacionados, apresentar impugnação de crédito naqueles autos, nos termos do art. 10 e seguintes da LRE.*"

Parecer do MPF, fls. 2834/2837 (e-STJ), opinando pela declaração de competência do Juízo recuperacional.

É o relatório. Decido.

Com fundamento na orientação contida na Súmula 568/STJ, estou em proceder ao julgamento monocrático do presente conflito, tendo em vista a existência de precedentes acerca da questão ora discutida e a necessidade de desbastarem-se as pautas já bastante numerosas da Colenda 2ª Seção.

Embora as empresas OURO PRETO INCORPORADORA LTDA e OUTROS, ora suscitantes, estejam dentre aquelas sociedades que tiveram a sua recuperação judicial deflagrada, não houve a prática de quaisquer atos de constrição dirigidos aos seus patrimônios, o que impede a configuração do conflito. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA SUBSIDIÁRIA. AUSÊNCIA DE CONFLITO. DESCABIMENTO DO INCIDENTE COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. (...)

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que se o patrimônio da empresa recuperanda não foi objeto de constrição no Juízo trabalhista, não é possível cogitar de competência do juízo recuperacional para execução do crédito reclamado.

4. O conflito de competência não se presta como sucedâneo recursal nem se

constitui em meio hábil para atacar decisões de instâncias inferiores.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no CC 139.585/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/10/2017, DJe 30/10/2017)

Ante o exposto, não conheço do conflito de competência.

Comuniquem-se as autoridades judiciárias.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

